

Estudo Técnico Preliminar 25/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08320.006445/2023-97

2. Descrição da necessidade

O prédio da Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis, conforme histórico constante na matrícula do imóvel (Mat. nº 6.451), foi construído há mais de 30 anos. Além dos problemas inerentes ao tempo de construção da edificação, temos ainda o fato da estrutura ter sido pensada, projetada e dimensionada para instalação de outro instituição pública (INSS), com atividades alheias ao serviço policial.

Atualmente, com exceção da parte elétrica, de dados, combate a incêndio e do sistema de proteção de descargas atmosféricas - SPDA, que passaram por uma reforma recente (SEI 08320.004590/2022-52), todo o restante da estrutura física do prédio encontrar-se em péssimo estado de conservação, não estando adequada as necessidades de uso da edificação.

A necessidade da contratação encontra-se justificada na continuidade à ação de recuperação das dependências da DPF/ROO/MT. Assim, em razão das manifestações patológicas abaixo elencadas, faz-se necessário a reforma solicitada:

- Esquadrias metálicas de fechamento de toda edificação com corrosão em diversos pontos;
- Diversas portas de madeira danificadas;
- Cobertura apresentando grande desgaste, com a presença de rachaduras e infiltrações;
- Estacionamento sem piso de concreto;
- Pintura desgastada, com pontos com descascamento de alvenaria, eflorescência e mofo;
- Banheiros sem condições adequadas de uso, com pisos, revestimentos, louças e metais danificados.

A necessidade da contratação foi exposta no item 3 do Documento de Formalização da Demanda (32257718): "*Corrigir problemas com infiltrações e goteiras, melhorar o aspecto visual (interno e externo) e propiciar um ambiente mais adequado aos servidores e usuários da Delegacia*".

A referida obra visa aprimorar o cumprimento das atribuições institucionais deste órgão, propiciar melhores condições de trabalho aos servidores e usuários da DPF/ROO/MT e foi parcialmente aprovada no PLANOB do corrente ano (MT-2023-03), com custo estimado, inicialmente, em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

MT-2023-03	Mato Grosso	Rondonópolis	SR/MT	Correção de infiltrações, pequenas reformas e pintura integral da DPF/ROO/MT.
------------	-------------	--------------	-------	---

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SELOG/SR/PF/MT	LUIZ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Natureza da Contratação:

O objeto a ser contratado constitui em serviço de natureza não continuada, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, por tratar-se de prestação de um serviço específico por período predeterminado, que pode ser prorrogado desde que justificadamente pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

Quanto a classificação do objeto entende-se:

Considerando as diferenças entre obra e serviço de engenharia, ora definidas pelo **Art.6 da Lei 14.133/2021**:

*"XII - **obra**: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel*

(...)

*XXI - **serviço de engenharia**: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:*

*a) **serviço comum de engenharia**: todo serviço de engenharia que tem por objeto **ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens**;*

*b) **serviço especial de engenharia**: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea "a" deste inciso;"*

O **Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU** segue o mesmo raciocínio e propõe a seguinte solução (Item 83.4):

"a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;

*b) Em se tratando de **alteração não significativa, autônoma e independente**, estar-se-á adiante de **serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão**;*

*Nesse ponto, há semelhança com o conceito formulado pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, para o qual **reforma consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual (Orientação Técnica IBR n. 02/2009).***

*Consequentemente, serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, **o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído** ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.*

*A distinção é relevante para a escolha da modalidade licitatória cabível, vez que **apenas os serviços comuns de engenharia podem e devem ser obrigatoriamente licitados por meio de pregão**, de modo que o órgão técnico deverá analisar cuidadosamente as características da atividade a ser contratada a fim de corretamente caracterizá-la como obra ou serviço de engenharia e fundamentar convincentemente a decisão adotada."*

Assim, compete ao setor técnico definir a natureza do objeto, sendo certo que as modalidades licitatórias previstas na Lei nº 14.133/21 deverão ser utilizadas sempre que o mesmo for passível de enquadramento como obra ou serviço não comum de engenharia.

Segundo Marçal Justen Filho:

"bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio" (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30).

No entendimento do TCU:

“a complexidade do objeto pretendido não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de bem comum, mas, sim, o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Assim, caso o objeto apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e o mercado domine as técnicas de sua realização, esse deverá ser classificado como bem ou serviço comum e ser utilizada de forma cogente a modalidade do pregão eletrônico” (Acórdão nº 2.806/2014 – 1ª Câmara).

Portanto, o foco da definição de serviço comum são as “características padronizadas.

Por fim, temos o preconizado no Art. 28 da nova lei de licitações 14.133/2021, quanto a modalidade de licitação para serviços de engenharia:

*“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, **adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.***

“Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.”

O objeto a ser contratado constitui em **SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA**, de acordo com as diretrizes acima e por se tratar de serviço bem definido, com especificações usuais de mercado e ser de simples execução, **com viabilidade de licitação na modalidade Pregão.**

Duração Inicial do Contrato:

O contrato deverá ter duração inicial de 05 (cinco) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 111 da Lei nº 14.133/21.

Sustentabilidade:

Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;

Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as lâmpadas fluorescentes, baterias, pilhas, óleos e frascos de aerossóis em geral, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo de energia, classificados pelo Selo Procel de Economia de Energia (um instrumento promocional do Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova a eficiência energética;

Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;

Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;

A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais;

A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, em suas versões mais recentes, nos seguintes termos:

O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;
- Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, em suas versões mais recentes.

Para os produtos que serão utilizados nos serviços objeto deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a utilização de produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

Os serviços deverão atender em sua execução, o preconizado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, conforme endereço eletrônico <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, no que compete ao objeto a ser contrato.

Prazo de execução:

O prazo de execução é de 6 (seis) meses.

Subcontratação:

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, as quais consistem em:

- Instalação de esquadrias e fechamentos.
- Execução da pintura.

A subcontratação para a elaboração dos demais Serviços fica limitada a **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação:

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

A garantia nas modalidades caução, seguro-garantia fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, após a assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Transição Contratual:

O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

Vistoria:

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 16:00 horas.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Critérios de Seleção do Fornecedor:

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

Os critérios de qualificação econômica financeira a serem atendidos pelo fornecedor estarão previstos no edital.

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente.

Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico.

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

- A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

- Para o **Arquiteto ou Engenheiro Civil**: serviços de reforma de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), envolvendo pelo menos as disciplinas de Arquitetura e Instalações Prediais.

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos de construção/reforma, com as seguintes características mínimas:

- Execução de reforma de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de 655 m² (equivalente a 50% da área do objeto a ser reformado).

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

- Número da ART/RRT da obra;
- Informação de contato da pessoa jurídica que concedeu o atestado

5. Levantamento de Mercado

A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica na área de Engenharia e Arquitetura capaz de executar serviço em tela, devendo a gestão ser toda da CONTRATADA, de forma a dar cumprimento ao Edital e definições do Termo de Referência, a serem anexados ao corpo deste processo administrativo.

Por se tratarem de serviços comuns de engenharia, o procedimento de LICITAÇÃO será na **modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, conforme estabelece a **Lei 14.133/2021**.

Dadas as características do objeto, optou-se pela modalidade **empreitada por preço unitário**, uma vez que é possível mensurar precisamente as quantidades a serem executadas de cada serviço.

Foi elaborada planilha orçamentária conforme custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, de acordo com o preconizado no Art. 3 do decreto nº7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contudo para os itens de esquadras e fechamentos em Blindex (portas e janelas), foi adotado a pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores locais, mediante solicitação formal de cotação, conforme estabelecido na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa de engenharia visando à execução de reforma na Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis-MT, conforme discriminado nos projetos, orçamento e demais peças técnicas que foram previamente desenvolvidos pelo corpo técnico da Prefeitura do Município, tudo de acordo com parceria realizada entre a Prefeitura e a DPF/ROO/MT.

As especificações técnicas e demais informações serão tratadas no Termo de Referência e seus anexos. Neles serão descritos minuciosamente os parâmetros a serem seguidos para a execução do objeto pretendido.

A solução adotada foi a contratação de empresa para execução de serviços comuns de engenharia, com fornecimento de insumos e mão de obra não continuada.

A empresa CONTRATADA deverá emitir ART de execução do objeto contratado e providenciar todas as licenças necessárias para execução da obra.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades e memórias de cálculo da contratação serão parte integrante do Projeto Executivo de Engenharia e serão anexadas ao processo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 526.320,89

A estimativa de preços nos estudos preliminares tem por objetivo a análise de viabilidade da contratação, podendo ser necessário refinar a estimativa elaborada nesta etapa.

Por se tratar de contratação de Serviço de Engenharia, não é necessária a prospecção de valores entre empresas do ramo no mercado, sendo recomendado pelo TCU o uso de tabelas oficiais de orçamentação de obras e serviços de engenharia.

Para estimativa de preços, foi elaborada planilha orçamentária, utilizando-se, sempre que possível, os preços dos serviços e insumos do sistema SINAPI; e, na falta desses, elaborado composições obtendo a média de preços através de pesquisas de mercado.

O valor global estimado é de **R\$ 526.320,89 (quinhentos e vinte e seis mil trezentos e vinte reais e oitenta e nove centavos)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “*Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos*”.

O levantamento das atividades a serem realizadas na contratação, indica que se tratam de serviços comuns, que poderão ser realizados por uma única empresa, gerando economia na mobilização de pessoal para a execução dos trabalhos.

Portanto, considerando que o parcelamento poderá ocasionar prejuízo para o conjunto da solução e perda de economia de escala, pois a existência de diferentes empresas realizando serviços assemelhados, subsequentes e complementares torna o contrato técnica, econômica e administrativamente desfavorável à Administração, para afastar o risco na unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da reforma, **fica impraticável o parcelamento da contratação**, em atendimento ao inciso II, § 3º do Art. 40, da Lei 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Mapa Estratégico 2022 e 2023 da Polícia Federal, aprovado pela RESOLUÇÃO CGPF/PF Nº 06, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022, contribuindo para que se atinjam o seguinte fator crítico de sucesso:

2.6.1. Ação Estratégica: Otimizar a Gestão das Obras e da Infraestrutura: Otimizar o uso das instalações e modernizar a infraestrutura, bem como uniformizar, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de manutenção e fiscalização.

Portanto a contratação pretendida abrange aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

A contratação está prevista no Plano de Obras da Polícia Federal para 2023, porém se mostra necessária a complementação orçamentária, uma vez que terá um gasto maior que o previsto inicialmente.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados pretendidos com a presente contratação são economicidade, eficácia, eficiência, melhor aproveitamento dos recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais, optando pela reforma, propiciando melhoria da qualidade das instalações físicas.

Conforme exposto, a edificação da Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis/MT é uma construção antiga, que necessita de reforma em diferentes partes de sua estrutura, a fim possibilitar melhores condições de trabalho aos servidores e usuários da edificação, até que seja possível a construção da nova sede da Polícia Federal naquele município.

Com a melhoria que a reforma causará na edificação, haverá condições de trabalho mais adequadas aos servidores, policiais e administrativos, e um melhor atendimento ao público em geral.

Desta feita, parece claro que os resultados oriundos da reforma justificam, do ponto de vista gerencial, administrativo, financeiro e legal, a solução apontada neste documento.

13. Providências a serem Adotadas

Considerando o horário de funcionamento das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, em regra, a CONTRATADA deverá programar suas atividades nos horários de atendimento do órgão, salvo necessidade de interferência da reforma em horário especial, que deverá ser tratada diretamente com o fiscal, ou solicitada por este.

A CONTRATADA deverá apresentar, no início dos trabalhos, cronograma detalhado da execução de todas as atividades que serão desenvolvidas, por setores, para que possa possibilitar os devidos ajustes naqueles que serão afetados pela reforma, de forma a não paralisar nenhuma atividade da Delegacia, em especial, aquelas relacionadas ao atendimento ao público. A execução dos serviços é de competência da empresa CONTRATADA.

Os servidores da Polícia Federal, em especial os lotados na DPF/ROO/MT e com formação nas áreas de engenharia e arquitetura, poderão ser indicados para fazerem parte da comissão de fiscalização do contrato.

Necessidade de capacitação de servidores para atuarem na fiscalização:

Caso não haja servidores capacitados para a fiscalização da execução na DPF/ROO/MT, deverão ser recrutados servidores de outras unidades para tal fim.

Para a correta execução do objeto desta contratação, a CONTRATANTE deverá:

Fornecer água e energia elétrica no local para a CONTRATADA;

Permitir que os funcionários da contratada utilizem o sanitário existente no local, caso opte-se pela não locação de barracão de obra para tal finalidade. Neste caso, a limpeza e materiais de consumo dos funcionários da contratada serão de inteira responsabilidade da mesma, não cabendo a contratante fornecer tais insumos. Os funcionários deverão zelar pela limpeza e conservação das unidades da PF utilizadas pelos mesmos sob pena de responsabilização e reparação de eventuais danos;

Remover veículos e equipamentos do local da demolição e no perímetro ao redor a uma distância ideal de 5m;

Permitir livre acesso ao local de execução do objeto nos horários estipulados aos funcionários da CONTRATADA autorizados e aprovados mediante normas internas de acesso a locais restritos da PF (investigação social);

Em conjunto com a CONTRATADA, traçar medidas que minimizem os impactos da reforma nas atividades rotineiras da delegacia, que permanecerá em funcionamento durante toda reforma.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Visando a minimização dos impactos ambientais, decorrentes de obras e outros serviços, a Administração Pública deve aplicar critérios e promover ações ambientais e socioambientais quanto a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos por ela, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 6º da Lei nº 14.133/2021, à Lei nº 12.187/2009 e ao art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, e também ao Decreto nº 7746/2012.

Segundo o art. 4º, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, são diretrizes de sustentabilidade, as seguintes ações quando couber, entre outras:

- a) práticas que gerem menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência pelo uso de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- g) origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Nesse ínterim, seguem abaixo algumas ações a serem adotadas pela licitante vencedora, quando couber, como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais:

- I - A otimização de recursos materiais;
- II - A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
- III - Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- IV - Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.
- V - Responsabilizar-se pelo preenchimento do "Formulário de Ocorrências para Manutenção, a ser fornecido pela CONTRATANTE, a fim de informar prováveis e reais ocorrências. Exemplo de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas são: Vazamentos nas torneiras ou nos lavatórios; Lâmpadas queimadas ou piscando; Fios desencapados; Janelas, fechaduras ou vidros quebrados; Aparelhos eletrônicos ligados e que estejam em desuso, entre outras.
- VI - Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- VII - Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;
- VIII - Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva.

Ainda, com relação à sustentabilidade na execução de serviços, e em respeito a Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, o edital de contratação de serviços deverá prever a adoção, por parte das licitantes, das seguintes práticas, quando couberem:

- I - Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II - Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

- III - Observação da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV - Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- V - Realização de um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI - Promoção da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- VII - Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- VIII -Destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

A licitante deverá, ainda, sem prejuízo das ações anteriores, apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, quando couber, conforme modelo que deverá constar em edital. Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da CONTRATADA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

Em relação às condições de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho.

A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, observando especialmente o seguinte: (i) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços; (ii) Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE; (iii) Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE; a) a Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art. 3º, no inciso I do art. 5º, e no inciso XX do art. 7º.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Assim, **declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos o serviço proposto.**

CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ACESSO À INFORMAÇÃO

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA

Agente de Polícia Federal



Assinou eletronicamente em 03/11/2023 às 17:29:16.